

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
("Em Recuperação Judicial")

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
("Em Recuperação Judicial")

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Libra Administração e Participações S.A.
("Em Recuperação Judicial")
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Libra Administração e Participações S.A. - "Em recuperação judicial" ("Librapar" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e/ou possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Libra Administração e Participações S.A. "Em Recuperação Judicial" em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Decisão arbitral para processo entre as investidas indiretas Libra Terminais S.A e Libra Terminal Santos S.A. e a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Santos - SP ("CODESP")

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, existiam ações judiciais entre as investidas indiretas Libra Terminais S.A e Libra Terminal Santos S.A. e a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Santos - SP ("CODESP") (sociedade de economia mista ligada à Secretaria Especial dos Portos e arrendadora dos terminais 37,35 e 33), relacionadas ao reequilíbrio econômico financeiro do contrato entre as partes e ao pleito da Libra Terminais S.A e Libra Terminal Santos S.A. de só estar obrigada a cumprir as obrigações impostas no contrato de arrendamento, na íntegra, quando a CODESP, em contrapartida, também tiver cumprido suas obrigações contratuais. Essas discussões se referiam ao período de setembro de 1998 a setembro de 2015. Como decorrência da renovação dos contratos de arrendamentos dos terminais da Libra Terminais S.A. e Libra Terminal Santos S.A. ocorrida em 4 de setembro de 2015, a CODESP e Libra Terminais S.A. e Libra Terminal Santos S.A. discutiram seus direitos em um processo de arbitragem e teve decisão condenatória para pagamento de R\$ 3.423.346 mil, desfavorável para a Libra Terminais S.A. e Libra Terminal Santos S.A., proferida em 2 de setembro de 2019. Não nos foi possível mensurar os efeitos da parcela da provisão possível de ser reconhecida pela melhor estimativa do desembolso em exercícios anteriores a 2018, tendo os efeitos sido registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício anterior conteve modificação. Nossa opinião do exercício corrente inclui modificação em decorrência desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e correspondentes. Adicionalmente, a Decisão arbitral determina incidência de atualização monetária e juros moratórios a partir de 7 de janeiro de 2019, que a Administração DO Grupo Libra mensurou em R\$ 431.608 mil e não registrou contabilmente. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante de "Provisão para passivo a descoberto" está apresentado a menor em R\$ 145.409 mil e o lucro do exercício está apresentado a maior no mesmo montante, equivalente a participação da Librapar por equivalência patrimonial.

Provisão para tributos sobre o lucro em transação de ganho de capital pela alienação de participação societária ocorrida na venda da investida Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, em 11 de agosto de 2016, a Companhia efetuou a venda de sua investida, “Companhia de Navegação da Amazônia (‘CNA’) ” e registrou prejuízo na alienação deste investimento no montante de R\$ 21.740 mil. O prejuízo registrado ocorreu em função da investida não ter adotado a prática contábil adequada para o reconhecimento de subvenções governamentais, conforme estabelecido no CPC 07(R1) – Subvenção e Assistência Governamentais. A CNA registrava as receitas de subvenção governamental provenientes do Adicional para Frete da Marinha Mercante (“AFRMM”) no momento da prestação do serviço de frete. Entretanto, por se tratar de uma subvenção vinculada a aquisição de ativo imobilizado, o reconhecimento dessa subvenção governamental deveria ter sido efetuado ao longo do período da vida útil dos bens relacionados à subvenção na mesma proporção de sua depreciação. Desta forma, no momento do reconhecimento da venda do investimento na CNA, o saldo do patrimônio líquido dessa investida estava apresentado a menor no montante de R\$ 134.491 mil e, consequentemente, o resultado da alienação deste investimento apurado pela Librapar deveria ter sido de um ganho de R\$ 112.699 mil. Consequentemente, a Librapar deixou de reconhecer provisão para imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 38.318 mil, acrescidos dos respectivos encargos monetários de multa e juros, conforme requerido pelas legislações aplicáveis. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício anterior conteve modificação. Nossa opinião do exercício corrente inclui modificação em decorrência desse assunto sobre os valores correntes e comparabilidade dos valores do exercício corrente e correspondentes.

Encargos dos juros sobre empréstimos e financiamentos

Em decorrência do pedido de recuperação judicial, a Administração da coligada Libra Investimentos S.A. e de suas investidas adotaram como política contábil não reconhecer os encargos dos juros de seus empréstimos e financiamentos entre 27 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018. O efeito dos juros não registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 73.230 mil. Consequentemente, o resultado do exercício de 2019 deveria estar apresentado a maior em R\$ 24.671 mil, pela reversão dos juros, a partir da data da homologação da assembleia dos credores em 18 de junho de 2019. Essa política não está de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício anterior conteve modificação. Nossa opinião do exercício corrente inclui modificação em decorrência desse assunto sobre os valores correntes e comparabilidade dos valores do exercício corrente e correspondentes. Esta divulgação não foi apresentada nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baixa de créditos decorrentes de tributos diferidos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a coligada Libra Investimentos S.A. e suas controladas registraram provisão para baixa de créditos diferidos relacionados com imposto de renda e contribuição social, líquido dos passivos diferidos destes tributos, no montante de R\$ 49.378 mil, referente ao saldo destes créditos tributários já existentes no início daquele exercício findo naquela data, e que já apresentavam indícios significativos de incerteza de não ser provável a existência de lucros tributários futuros em montante suficiente para a recuperação daqueles créditos. A mesma situação ocorreu em relação a créditos próprios da Companhia em que houve o registro da provisão para baixa de créditos diferidos relacionados com imposto de renda e contribuição social, líquido dos passivos diferidos destes tributos, no montante de R\$ 1.504 mil. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício anterior conteve modificação. Nossa opinião do exercício corrente inclui modificação em decorrência desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e correspondentes. Esta divulgação não foi apresentada nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Saldo da dívida apresentado a menor

Em 31 de dezembro de 2019, a coligada indireta Libra Terminal Santos S.A. reconheceu a menor em R\$ 14.658 mil, os encargos de juros da dívida como Banco do Brasil S.A. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante na Rubrica “Provisão para passivo a descoberto” deveria estar apresentado a maior em R\$ 4.938 mil e o lucro do exercício apresentado a menor no mesmo montante, equivalente a participação da Librapar por equivalência patrimonial. Esta divulgação não foi apresentada nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, a Companhia, em conjunto com outras empresas do Grupo Libra, entrou em 26 de julho de 2018 com um pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais na comarca da capital do Estado de São Paulo, cujo plano de recuperação judicial foi homologado em 18 de junho de 2019 pela referida vara. Outro aspecto importante é que conforme descrito na Nota Explicativa 1.2 às demonstrações contábeis, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 912.677 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa Nº 1.2 às demonstrações contábeis, o valor devido pela investida Libra Terminal Santos S.A. à Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp, em virtude da sentença arbitral proferida em novembro de 2019 não foi pago no seu vencimento. Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 19 (d), em abril de 2020, a CODESP apresentou denúncia no Tribunal de Contas da União a fim de decretar a indisponibilidade dos bens de administradores e acionistas da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

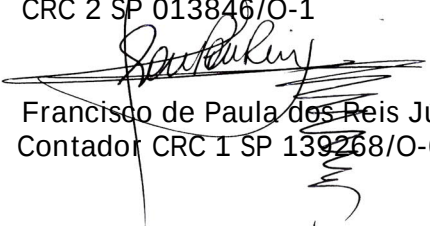


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de agosto de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

(Em recuperação judicial)

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido negativo			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.295	5	Fornecedores		23	30
Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado		-	625	Obrigações tributárias	13	841	839
Contas a receber		445	521	Partes relacionadas	10	2	7
Tributos a recuperar	7	456	1.089	Dividendos antecipados	10	469	469
Outros ativos		17	14	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	7	36	-
		<u>11.213</u>	<u>2.254</u>	Outros passivos		-	1
						<u>1.371</u>	<u>1.346</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	11	6.404	5.475
Partes relacionadas	10	26.573	16.319	Provisão para passivo a descoberto	8	1.023.709	1.387.832
Dividendos antecipados	10	3.614	3.614			<u>1.030.113</u>	<u>1.393.307</u>
Estoques		1.450	1.450				
Depósitos judiciais	12	5.735	5.689	Total do passivo		<u>1.031.484</u>	<u>1.394.653</u>
		<u>37.372</u>	<u>27.072</u>				
				Patrimônio líquido negativo			
Investimentos	8	67.515	62.933	Capital social	14 (a)	31.236	31.236
Propriedades para investimentos	9	2.707	5.074	Prejuízos acumulados	14 (b)	(959.554)	(1.341.561)
		<u>107.594</u>	<u>95.079</u>	Ajustes de avaliação patrimonial	14 (c)	15.641	13.005
				Total do patrimônio líquido negativo		<u>(912.677)</u>	<u>(1.297.320)</u>
Total do ativo		<u><u>118.807</u></u>	<u><u>97.333</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido negativo		<u><u>118.807</u></u>	<u><u>97.333</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

(Em recuperação judicial)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Despesas gerais, comerciais e administrativas	15	(1.537)	(1.576)
Outras receitas e despesas operacionais	16	17.973	(754)
Participações nos resultados das controladas	8	368.520	(1.308.376)
		<u>384.956</u>	<u>(1.310.706)</u>
Lucro líquido/(prejuízo) antes do resultado financeiro		384.956	(1.310.706)
Despesas financeiras	17	(15)	(154)
Receitas financeiras	17	355	411
Variações monetárias e cambiais, líquidas	17	(297)	(202)
Resultado financeiro		<u>43</u>	<u>55</u>
Lucro líquido/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		384.999	(1.310.651)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	7.1	(539)	-
Diferidos	7.1	-	(1.507)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		<u>384.460</u>	<u>(1.312.158)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

(Em recuperação judicial)

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	384.460	(1.312.158)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquida de reversão tributária de investida	(2.453)	1.140
Resultado abrangente do exercício	<u>382.007</u>	<u>(1.311.018)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

(Em recuperação judicial)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas			Total
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	31.236	14.145	(30.543)	14.838
Prejuízo do exercício	-	-	(1.312.158)	(1.312.158)
Realização do custo atribuído	-	(1.140)	1.140	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	(1.140)	(1.311.018)	(1.312.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	31.236	13.005	(1.341.561)	(1.297.320)
Lucro líquido do exercício	-	-	384.460	384.460
Realização do custo atribuído	-	2.636	(2.636)	-
Reversão do tributo diferido de investida - realização do custo atribuído	-	-	183	183
Total do resultado abrangente do exercício	-	2.636	382.007	384.460
Saldos em 31 de dezembro de 2019	31.236	15.641	(959.554)	(912.677)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

(Em recuperação judicial)

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	384.999	(1.310.651)
Ajustes		
Depreciação e amortização	255	437
Equivalência patrimonial	(368.520)	1.308.376
Constituição (reversão) de provisão para contingências	614	1.967
Resultado na baixa de propriedade para investimento	(8.194)	(18)
Encargos financeiros	321	(191)
	9.474	(80)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	76	178
Tributos a recuperar	128	(182)
Depósitos judiciais	(2)	(68)
Outros ativos	(3)	(9)
Fornecedores	(7)	(4)
Obrigações trabalhistas e tributárias	2	17
Outros passivos	(1)	(2)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	9.668	(150)
Pagamento de contingências	(50)	(10)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(22)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	9.618	(182)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	625	5.950
Valor recebido na alienação de propriedade para investimento	-	20
Contas a receber de partes relacionadas	52	(5.604)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	677	366
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Contas a pagar para partes relacionadas	(5)	(188)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(5)	(188)
Aumento líquida/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	10.290	(4)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10.295	5
Aumento líquida/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	10.290	(4)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Libra Administração e Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Machado Bittencourt nº 205, conjuntos 61 e 62, Vila Clementino, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, que têm como principais atividades soluções logísticas e imobiliárias.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia era controladora, direta ou indireta, das seguintes empresas:

	Participação - %		
	Direta	Indireta	Total
Ariate Imobiliária e Participações S.A. - Em recuperação judicial	71,78%	-	71,78%
Libra Investimentos S.A - Em recuperação judicial	33,69%	-	33,69%
Libra Sul S.A. - Em recuperação judicial	53,85%	-	53,85%
Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda.- Em recuperação judicial	25,00%	-	25,00%
Rodocarga Operadora Portuária S.A.- Em recuperação judicial	68,38%	-	68,38%
Tebas Imobiliária e Participações S.A.- Em recuperação judicial	68,38%	-	68,38%
Boreal Empreendimentos e Participações S.A.- Em recuperação judicial	-	33,69%	33,69%
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A.	-	26,39%	26,39%
Libra Infraestrutura S.A - Em recuperação judicial	-	33,69%	33,69%
Libra Terminais e Logística S.A. - Em recuperação judicial	-	33,69%	33,69%
Libra Terminal Imbituba Ltda	-	26,92%	26,92%
Libra Terminal Santos S.A. - Em Recuperação judicial	-	33,69%	33,69%
Libra Terminal Valongo S.A. - Em recuperação judicial	-	33,69%	33,69%
Libraport Campinas S.A.	-	20,21%	20,21%
LMT Logística Portuária S.A.	-	8,33%	8,33%

A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial ("Grupo Libra"), utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão, receitas e espaços.

Em prosseguimento ao processo de simplificação e racionalização da estrutura societária iniciado em 2014 no Grupo Libra, em agosto de 2019, a controlada indireta Libra Terminais S.A. foi incorporada pela também controlada indireta Libra Terminal Santos S.A..

Libra Terminais Santos – Encerramento das operações

Em função da determinação do TCU para que as concessões operadas pela Libra no Porto de Santos se encerrassem até maio de 2020, os contratos de operação portuária com nossos parceiros armadores não foram renovados, sendo assim, os serviços que eram operados na Libra Terminais Santos foram transferidos para outro terminal no Porto de Santos e, com isso, a operação portuária foi descontinuada.

Com o parecer do TCU e diante da declaração de nulidade do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento PRES nº 032/1998, efetivada por meio da Portaria MINFRA nº 489, de 30 de maio de 2019, e o fim de importantes contratos comerciais, o Grupo Libra decidiu descontinuar as demais operações das unidades Libra Terminais S.A., Libra Terminal Santos S.A. e Libra Terminal Valongo S.A., objetivando a redução de custos decorrente da manutenção dos negócios.

1.1. Recuperação judicial

O Grupo Libra, entrou em 26 de julho de 2018 com um pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais na comarca da capital do Estado de São Paulo, registrado no Processo 1077065-21.2018.8.26.0100, o qual foi deferido em 27 de julho de 2018.

Em 14 de junho de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Credores (AGC) onde foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial e a desistência das recuperações judiciais de Libra Terminais S.A, Libra Terminal Santos S.A e Libra Terminal Valongo S.A.

Em 18 de junho de 2019 o Plano de Recuperação Judicial foi homologado, concedendo a recuperação judicial à Libra Holding Ltda, Libra Sul S.A., Ariate Imobiliária e Participações S.A., Libra Investimentos S.A., Libra Infraestrutura S.A., Libra Administração e Participações S.A., Libra Terminais e Logística S.A., Ponta do Caju imobiliária e Participações LTDA., Rodocarga Operadora Portuária S.A., Tebas Imobiliária e Participações S.A., Boreal Empreendimentos e Participações S.A. e Libra Terminal Rio S.A. assim como a desistência em relação as sociedades Libra Terminais S.A., Libra Terminal Santos S.A. e Libra Terminal Valongo S.A..

O plano de recuperação judicial, desde sua homologação, vem sendo cumprido fielmente e sofre o acompanhamento mensal do Administrador Judicial, que apresenta suas análises nos autos da Recuperação Judicial, os credores já foram ou serão pagos conforme sua opção de recebimento descrita no plano.

Alienação da Libra Terminal Rio S.A.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a Libra Terminal Rio S.A – Em Recuperação Judicial, foi considerada UPI - Unidade Produtiva Isolada, a ser alienada nos termos do artigo 60 da Lei de Recuperações Judiciais, em processo competitivo com apresentação de propostas fechadas, em certame judicial.

Em 17 de julho de 2019, na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, houve apresentação de uma única proposta da empresa Internacional Container Terminal Services, Inc., no valor de R\$ 740.000, tendo sido apurado um ganho de R\$ 391.773. Após aprovação em todos os órgãos competentes, a alienação foi concluída em 12 de dezembro de 2019.

Em decorrência dessa operação o impacto no resultado na Companhia foi 131.988.

Alienação da Companhia de Navegação da Amazonia – CNA

Em 11 de agosto de 2016, a empresa Libra Administração e Participações S.A. concretizou a venda de 100% das ações na investida Companhia de Navegação da Amazônia.

Em dezembro de 2017, a controladora Libra Holding Ltda transferiu o valor de R\$ 109.989 da Companhia para Libra Terminal Santos S.A..

Em 2019 a Libra Terminal Santos S.A. transferiu o saldo a receber a Libra Infraestrutura em S.A. em quitação do saldo de debentures em aberto.

Conforme previsto no plano de recuperação judicial, em 26 de dezembro de 2019 o saldo de contas a receber relativo a venda da Companhia de Navegação da Amazônia R\$ 106.083 foi submetido aos credores em dação de pagamento aos que optaram pela opção B do referido plano.

1.2. Continuidade operacional

A administração considera que a situação patrimonial e financeira do Grupo é um assunto relevante no contexto das demonstrações contábeis da Libra Administração e Participações S.A.

Em relação a continuidade operacional, em se tratando da Libra Terminal Santos S.A., reconhecemos que o resultado da Sentença Arbitral em 03 de setembro de 2019 tem um grande impacto na situação patrimonial dessa controlada e das holdings, uma vez que são investidoras neste ativo, entretanto, já foram ajuizada ação anulatória pedindo a nulidade dessa sentença. Adicionalmente, o valor devido pela investida Libra Terminal Santos S.A. à Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, em virtude da sentença arbitral proferida em novembro de 2019 não foi pago no seu vencimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

É importante ressaltar que, durante o período de execução do Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 27 de Julho de 2019, temos nossas atividades protegidas, seguindo com o pagamento de forma condicionada de nossa dívidas. Além disso, destacamos que o Grupo Libra tem reduzido seus custos e despesas e que as atividades que permanecem nos segmentos de logística e imobiliárias garantem liquidez em nossos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido negativo da Companhia é de R\$ 912.677 (R\$ 1.297.320 em 31 de dezembro de 2018).

A emissão destas informações financeiras foi aprovada pela Administração da Libra Administração e Participações S.A. em 11 de agosto de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 4.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Libra Administração e Participações S.A.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica de variações monetárias e cambiais (Nota 17).

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.2. Ativos e passivos financeiros

Visão geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado e (b) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo:

Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são:

- (i) Para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas;
- (ii) Cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Passivo ao custo amortizado

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal faturado na data da venda no curso normal das atividades da Companhia, ajustados ao valor presente quando aplicável, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A partir de 1º de janeiro de 2018, com a adoção do IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros, a Companhia selecionou o modelo de perda esperada no momento do faturamento com base na utilização de matriz de provisões com abordagem simplificada. Quando necessário, com base em análise individual, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é complementada. Até 31 de dezembro de 2017 o provisionamento (impairment) era determinado com base na perda incorrida. A adoção desta nova metodologia não provocou impacto material no resultado.

3.4. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.5. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.7. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. Eles somente tornam-se ativos e são registrados quando a sua realização é virtualmente certa e especialmente no caso de dispostos judiciais, quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Para passivos contingentes são observados os seguintes critérios:

- (i) Passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados;
- (ii) Passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas.

3.8. Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando:

- (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A mensuração do desconto ao valor presente é realizada no reconhecimento inicial de ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, e reconhecidos quando consideradas materiais. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.10. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.10. Propriedade para investimento

São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis das empresas imobiliárias do grupo, destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação calculada pelo método linear. A vida útil destes ativos é revisada anualmente.

3.12. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 11 - Contratos de seguro;
- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

As demonstrações contábeis são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da PECLD, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

(b) Vida útil e valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A vida útil dos ativos tangíveis relevantes foi definida por peritos independentes e nas especificações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, no nível de operação e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva.

Caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Administração ajusta o saldo para o seu valor recuperável.

(c) PECLD

A mensuração da perda esperada reflete o valor imparcial e ponderado pela probabilidade de avaliação de um intervalo de resultados possíveis.

Nessa mensuração, dois aspectos são importantes: valor do dinheiro no tempo e obtenção de informações relativas às condições e aos eventos econômicos, passados e futuros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Não é necessário que todo e qualquer possível cenário seja identificado, mas alerta para o risco de perda de crédito mesmo quando essa ocorrência apresente possibilidade muito baixa.

Em relação ao período, as perdas de crédito esperadas devem considerar o prazo contratual máximo, incluindo prováveis prorrogações, em que estarão expostas ao risco.

5. Instrumentos financeiros e risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia, por meio de seu conselho de administração, estabelece as diretrizes e aprova a contratação dos instrumentos financeiros adotados pela Companhia para fins de proteção de riscos de mercado.

As operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais se destinam ao atendimento das necessidades próprias, bem como à redução a exposição a riscos de mercado como variações na taxa de câmbio e de juros.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 se aproximam dos seus valores de mercado.

(a) Risco de câmbio e de juros

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa e suas controladas não possuíam passivos em moeda estrangeira e derivativos.

Em decorrência da adesão a Recuperação Judicial, o Grupo passou a não reconhecer os juros relativos aos contratos que estão sujeitos a este processo, uma vez que estes valores estão sujeitos aos termos do plano de Recuperação Judicial.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

- Saldos em bancos - A administração avalia em ocasião de cada aplicação o risco de crédito das instituições financeiras e de exposição da Companhia.

- Contas a receber de clientes - a área de Concessão de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração suas demonstrações contábeis, histórico comercial e contexto de mercado, estipulando o limite de crédito e condição de pagamento do cliente, e quando necessário, a exigência de garantias como forma de mitigação dos riscos identificados. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento do rating do cliente, dos prazos de pagamento e limites de crédito determinados pela área de Concessão de Crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber;
- Contas a receber de partes relacionadas - O risco de crédito é administrado corporativamente pela Tesouraria do Grupo Libra no contexto das operações do grupo como um todo.

(c) Risco de liquidez

Ressalvado o processo de recuperação judicial detalhado anteriormente, a Companhia gerencia o risco de liquidez tendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos operacionais. Além da projeção anual de fluxo de caixa contida dentro do processo orçamentário do ano, mensalmente a Tesouraria realiza uma projeção de fluxo de caixa trimestral a partir dos dados fornecidos por diversas áreas da Companhia. O gerenciamento de risco de liquidez é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as projeções para assegurar que a Companhia, em conjunto com seus controladores, possua caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5.2 Estimativa do valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos.

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial são cotas de fundos de renda fixa.

(a) Mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários

Cotas de Fundos – São valorizadas com base no Preço Unitário das cotas divulgados diariamente pelo administrador que é a base para aplicações e resgates e é definido com base no valor justo dos ativos e passivos do fundo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

5.3. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Libra Administração são contas a receber e a pagar, saldos com partes relacionadas e obrigações contratuais, registrados em 31 de dezembro de 2019 ao custo amortizado e aplicações financeiras pelo valor justo por meio do resultado.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Recursos em bancos e em caixa	-	5
Cotas de Fundos - Renda fixa	10.295	-
	<u>10.295</u>	<u>5</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e investimentos, sendo que o Grupo considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDBs de instituições financeiras de primeira linha.

7. Tributos

7.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Apresentamos a seguir a composição dos encargos de imposto de renda e contribuição social, das obrigações registradas no passivo, assim como dos tributos registrados no ativo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício		
Corrente	(539)	-
Diferido	-	(1.507)
	<u>(539)</u>	<u>(1.507)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar em 31 de dezembro	(36)	-

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

7.2. Tributos a Recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social registrado no ativo em 31 de dezembro		
IRPJ e CSLL a Recuperar	167	1.077
IRRF sobre aplicações financeiras	289	12
	<u>456</u>	<u>1.089</u>

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

8. Investimentos

	Participação (%)	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
		Patrimônio líquido	Investimento	Resultado	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado
Investimentos Controladas							
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	71,78%	19.869	14.260	4.337	15.531	11.148	3.880
Tebas Imobiliária e Participações S.A.	68,38%	73.247	50.086	1.276	71.971	49.214	1.694
Coligadas							
Ponta do Cajú Transportes e Locação Ltda.	25,00%	10.871	2.718	2.389	8.482	2.120	2.282
Outros investimentos		-	451	-	-	451	-
			67.515	8.002		62.933	7.856
Passivo a descoberto Controladas							
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	68,38%	(2.831)	(1.936)	3.055	(5.887)	(4.025)	(9.062)
Libra Sul S.A.	53,85%	(20.015)	(10.778)	(2.411)	(17.604)	(9.480)	(1.662)
Coligadas							
Libra Investimentos S.A.	33,69%	(3.329.041)	(1.010.995)	1.077.892	(4.574.236)	(1.374.327)	(3.875.866)
			(1.023.709)	1.078.536		(1.387.832)	(3.866.590)

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

8.1. Movimentação dos investimentos

	2017 (reapresentado)	Equivalência patrimonial	Reclassificação para passivo a descoberto	2018
Controladas				
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	8.363	2.785	-	11.148
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	2.171	(6.196)	4.025	-
Tebas Imobiliária e Participações S.A.	48.055	1.159	-	49.214
Coligadas				
Ponta do Cajú Transportes e Locação Ltda.	1.550	570	-	2.120
Outros investimentos	451	-	-	451
	<u>60.590</u>	<u>(1.682)</u>	<u>4.025</u>	<u>62.933</u>
		2018	Equivalência patrimonial	2019
Controladas				
Ariate Imobiliária		11.148	3.112	14.260
Tebas Imobiliária e Participações S.A.		49.214	872	50.086
Coligadas				-
Ponta do Cajú Transportes e Locação Ltda.		2.120	598	2.718
Outros investimentos		451	-	451
		<u>62.933</u>	<u>4.582</u>	<u>67.515</u>

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

8.2. Movimentação da provisão para perdas com investimentos

	2017 (reapresentado)	Equivalência patrimonial	Reclassificação para passivo a descoberto	2018
Controladas				
Libra Sul S.A.	(8.585)	(895)	-	(9.480)
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	-	-	(4.025)	(4.025)
Coligadas				
Libra Investimentos S.A.	(68.528)	(1.305.799)	-	(1.374.327)
	<u>(77.113)</u>	<u>(1.306.694)</u>	<u>(4.025)</u>	<u>(1.387.832)</u>
	2018	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	2019
Controladas				
Libra Sul S.A.	(9.480)	(1.298)	-	(10.778)
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	(4.025)	2.089	-	(1.936)
Coligadas				
Libra Investimentos S.A.	(1.374.327)	363.147	185	(1.010.995)
	<u>(1.387.832)</u>	<u>363.938</u>	<u>185</u>	<u>(1.023.709)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

9. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo, e posteriormente depreciadas, e consistem de imóveis pertencentes a Companhia, auferindo renda por meio de aluguéis.

O valor justo dos imóveis apresentados como propriedade para investimento é de R\$ 19.283 conforme laudo apresentado no momento do pedido de Recuperação judicial.

Os saldos ao final dos exercícios estão assim apresentados:

	2019	2018
Saldos em 1º de janeiro	5.074	5.511
Aquisições/alienações (a)	(2.111)	-
Depreciação (b)	(256)	(437)
Saldos em 31 de dezembro	2.707	5.074
Custo de aquisição	6.955	13.212
Depreciação acumulada	(4.248)	(8.138)
Saldo contábil	2.707	5.074

- (a) No exercício de 2019 foram baixados três imóveis em razão de execução de garantia de um empréstimo com o Banco Alfa de Investimentos S.A.;
- (b) As propriedades para investimento, representadas pelas edificações, estão submetidas a taxa de depreciação anual de 4 %.

10. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais e financeiras com suas controladas e outras empresas do Grupo Libra, com base em termos e condições estabelecidos contratualmente, e os saldos e as transações estão a seguir demonstradas:

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

(i) Nos ativos e passivos

Os saldos líquidos entre ativos e passivos por empresa ligada estão demonstrados a seguir:

	Natureza	Saldos a receber (pagar)	
		2019	2018
Transações com acionistas controladores e empresas sob controle comum			
Libra Terminais S.A.*	Mútuo		10.405
Libra Terminal Santos S.A.*	Mútuo/		
	Compartilhamento de		
	despesas corporativas	10.402	-
Libra Sul S.A.	Mútuo	4.423	4.423
Libra Holding S.A.	Mútuo	1.435	1.435
Libra Infraestrutura S.A.	Mútuo	10.306	-
	Mútuo/		
Outros	Compartilhamento de		
	despesas corporativas	5	49
		<u>26.571</u>	<u>16.312</u>
Dividendos a receber		3.614	3.614
Dividendos a pagar		(469)	(469)

(*) O saldo de mútuo apresentado em 2018 na Libra Terminais S.A. foi transferido para Libra Terminal Santos S.A. após a incorporação.

11. Provisão para contingências

Os valores depositados não dizem respeito ao valor de perda provável dos processos. Tratam-se apenas de um requisito obrigatório para apresentação de recursos na Justiça do Trabalho. Por outro lado, o valor de perda provável dos processos trabalhistas é resultado de aplicação de premissas preestabelecidas daquilo que a Companhia considera como perda provável de cada processo.

	Provisão para contingências	
	31/12/2019	31/12/2018
Tributários	3.050	2.846
Cíveis	2.563	2.629
Trabalhistas	791	-
	<u>6.404</u>	<u>5.475</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

11.1. Movimentação das provisões

	Trabalhistas	Tributário	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	2.846	2.629	5.475
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:				
Juros e correção monetária	-	204	162	366
Constituição	791	-	-	791
Valores não usados (estornados)	40	-	(218)	(178)
Valores pagos durante o exercício	(40)	-	(10)	(50)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>791</u>	<u>3.050</u>	<u>2.563</u>	<u>6.404</u>

(a) Contingências tributárias

A Companhia figura como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária, representados por autos de infração relativos a questionamentos de determinados procedimentos adotados pela administração, para os quais foi constituída provisão no montante considerado suficiente pela administração e seus consultores jurídicos, para atender aos riscos considerados de perda provável.

De acordo com os advogados que patrocinam os processos, foi considerado como perda provável o montante de R\$ 3.050 (R\$ 2.846 em 2018), sendo integralmente provisionados. O principal processo com risco de perda provável está descrito a seguir:

Notificação Fiscal de Lançamento de Débito nº 350654468

Em novembro de 1999, foi lavrada NFLD de contribuições devidas à Seguridade Social em face da Cia Libra de Navegação, correspondente à glosa de compensações efetuadas sem autorização judicial transitada em julgado, a título de contribuição previdenciária sobre a remuneração de segurados empregados, trabalhadores autônomos e administradores. A NFLD teve por objetivo prevenir a decadência do direito da Seguridade Social e ficou suspensa enquanto perdurou os efeitos da liminar obtida na ação cautelar nº. 0011389-86.1995.4.02.5101.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Em abril 2002, houve decisão judicial cassando a liminar que permitia a compensação, possibilitando assim a continuação do processo administrativo. Foi indeferido o pedido de sucessão dos créditos da S/A. Agência Marítima Mauá transferidos por cisão para Cia. Marítima Nacional, Libra Linhas e Cia. Paulista, eis que convenções particulares não podem ser opostas à Fazenda Pública. Em abr/2011, houve decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância. O processo foi arquivado. Atualmente, aguarda-se o recebimento da cobrança pela Seguridade Social para pagamento do débito. Valor do processo: R\$ 3 milhões.

Risco possível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em ações tributárias classificadas como perda possível, totalizando R\$ 3.853 (R\$ 4.176 em 2018).

Não foram provisionados os valores considerados como risco de perda possível. O principal processo com risco de perda possível está descrito a seguir:

Processo nº 0014292-81.2012.4.03.6100

Em agosto de 2012, a Librapar ingressou com ação anulatória em face da União para cancelar auto de infração nº. 18471.000.005/2003-11 e suspender a exigibilidade do débito até o julgamento final da ação, vez que a reversão de provisão não gerou qualquer acréscimo patrimonial tributável. Em out/2012, foram depositados os valores em juízo para a suspensão da exigibilidade do débito e emissão da certidão positiva com efeitos de negativa. Foi realizado laudo pericial que ratificou as alegações apresentadas pela empresa no curso do processo. Em ago/2018, houve decisão de 1ª instância favorável à Librapar. Em dez/2019, aguarda-se julgamento do recurso da União (embargos de declaração). O valor do processo é de R\$ 3,8 milhões.

(b) Contingências cíveis

De acordo com os advogados que patrocinam os processos, foi considerado como perda provável o montante de R\$ 2.562 (R\$ 2.628 em 2018, sendo integralmente provisionados).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Risco possível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em ações cíveis classificadas como perda possível, totalizando R\$ 10.337 (R\$ 9.058 em 2018).

Não foram provisionados os valores considerados como risco de perda possível. O principal processo com risco de perda possível está descrito a seguir:

Processo nº 8204.2011.626.0005

Librapar – Processo nº 8204.2011.626.0005

Em 2011 foi ajuizada representação eleitoral alegando inconsistências no processo de doações realizadas à partidos políticos (doação acima do limite legal – 2% do faturamento bruto). Em mai/2012 houve decisão de 1ª instância desfavorável à Librapar. No entanto, em dez/2015 foi proferido acórdão pelo TRE/SP parcialmente favorável à empresa. Em jan/16 tanto Librapar como MPE apresentaram recursos (embargos de declaração e recurso especial), e em mar/16 houve decisão no recurso (embargos de declaração) parcialmente favorável à empresa. Adicionalmente, em mar/2016, houve novo recurso (recurso especial) da Librapar, que também apresentou contrarrazões ao recurso do MPE. Em dez/2019 o processo aguarda julgamento. Valor do processo: R\$ 9,9 milhões.

(c) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia era ré em ações trabalhistas que envolvem problemas recorrentes no âmbito da Justiça do Trabalho, tais como pedidos de indenização por acidente de trabalho, ações de rescisão de cláusulas de contratos de trabalho, ações de reparação de danos, entre outros. As ações de valor individual significativo são avaliadas individualmente e provisionadas quando a perda é provável. Em 31 de dezembro de 2019 não tramitavam ações trabalhistas de valor individual significativo com perda provável ou possível. Em relação a todas as outras ações trabalhistas que tem natureza e características similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de contingências trabalhistas como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A provisão é mensurada para a classe como um todo multiplicando a quantidade de ações, classificada por tipo de reclamação, pelo valor médio de pagamentos para este tipo de reclamação com base em informação histórica recente. Portanto o valor provisionado representa a melhor estimativa dos desembolsos para todas as contingências trabalhistas como um todo.

Vale ressaltar que a premissa trabalhista é gerada a partir percentual de perda histórica dos últimos 3 anos. A apuração da premissa é realizada anualmente.

12. Depósitos judiciais

Para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, trabalhista e cível foram efetuados depósitos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		
	31/12/2019	31/12/2018	
Tributários	5.676	5.631	
Cíveis	5	5	
Trabalhistas	54	53	
	<u>5.735</u>	<u>5.689</u>	

	IRPJ	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>3.817</u>	<u>1.871</u>	<u>5.688</u>
Adições	-	2	2
Atualização monetária	36	9	45
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>3.853</u>	<u>1.882</u>	<u>5.735</u>

IRPJ: depósito realizado em ação movida pela Companhia visando cancelar auto de infração lavrado em razão de supostas exclusões não autorizadas (receita de reversão da provisão de contingências) e suspender a exigibilidade do débito até o julgamento final da ação, vez que a reversão de provisão não gerou qualquer acréscimo patrimonial tributável.

13. Obrigações tributárias

	2019	2018
Obrigações tributárias		
Tributos retidos na fonte	263	264
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	561	564
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	17	11
	<u>841</u>	<u>839</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 31.236 (2018 31.236), representado por 26.022.657 (2018 - 26.022.657) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Prejuízos acumulados

Os prejuízos acumulados do período ao final do exercício, serão obrigatoriamente absorvidos pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial - deemed cost

Corresponde ao valor reconhecido na adoção inicial das normas do CPC e do IFRS, ao adotar a opção de reconhecer o imobilizado ao custo atribuído e representa a diferença entre o custo atribuído e o custo histórico dos bens de imobilizado na adoção inicial de CPC e do IFRS, líquido de tributos. O valor originalmente reconhecido é realizado com base na depreciação ou baixa dos bens correspondentes por meio de transferência do saldo para a conta de resultados acumulados. A realização foi de R\$ 2.636 em 2019 (2018 - R\$ 1.140).

15. Despesas por natureza

	2019	2018
Depreciação e amortização	255	437
Serviços jurídicos	1.421	206
Ocupação de espaço e Aluguéis	106	512
Outros custos e despesas	(245)	421
	<u>1.537</u>	<u>1.576</u>

16. Outras receitas (despesas), líquidas

	2019	2018
Contingências	(634)	(1.405)
Resultado na baixa/alienação de ativos (a)	8.194	18
Recebimentos de precatórios	9.906	-
Outros	507	633
	<u>17.973</u>	<u>(754)</u>

(a) Valor refere-se ao reconhecimento da receita em virtude da baixade três imóveis em razão de execução de garantia de um empréstimo com o Banco Alfa de Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

17. Resultado financeiro

	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1)	(21)
Despesas com aplicação financeira	(14)	(133)
	(15)	(154)
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	355	411
	355	411
Variações monetárias e cambiais	(297)	(202)
	43	55

18. Seguros

A Companhia dispõe de um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

(a) Grupo Libra (Seguros Corporativos)

Bens Segurados	Seguradora	Riscos Cobertos	Validade	Cobertura (em milhares de dólares)
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Sompo	Danos corporais	26/11/2020	500
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Sompo	Danos materiais a terceiros	26/11/2020	200
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Sompo	Danos morais	26/11/2020	100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos imóveis	16/3/2020	42.147
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos imóveis	16/3/2020	2.500
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos diversos	16/3/2020	1.000
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos equipamentos	16/3/2020	1.000
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos imóveis	16/3/2020	200
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos equipamentos	16/3/2020	477
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Tumultos, Greves e Lock Outs	16/3/2020	1.000
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Roubo	16/3/2020	20
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Roubo	16/3/2020	20
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Roubo	16/3/2020	100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Equipamentos Portateis	16/3/2020	100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Alagamento e/ou Inundação	16/3/2020	100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Perda e/ou pagamento de aluguel	16/3/2020	3.600

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Bens Segurados	Seguradora	Riscos Cobertos	Validade	Cobertura (em milhares de dólares)
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Derrame ou vazamento de chuveiros automaticos (sprinklers) e rede de hidrantes	16/3/2020	1.000

19. Eventos subsequentes

a. Informativo operacional (seguros)

As apólices de seguros apresentadas na Nota 18, com vigência em data anterior a emissão destas demonstrações contábeis, tiveram seu processo de renovação concluído.

b. Covid-19

A companhia vem monitorando os desdobramentos do surto de covid-19 pelo mundo com o objetivo de preservar a segurança de seus colaboradores. Algumas medidas e protocolos preventivos foram adotados pelo Grupo, entre eles, em seus escritórios administrativos foi instaurada a modalidade home office para todos os colaboradores e férias coletivas para parte dos colaboradores da nossa área operacional na unidade de Campinas. Neste momento, não há como precisar os impactos a médio e longo prazo no cenário econômico e nas nossas operações.

c. Recuperação judicial

Em 05 de março de 2020, as empresas do Grupo Libra fizeram o pedido de saída antecipada da recuperação judicial, considerando que as obrigações previstas no Plano que venceriam no biênio, previsto no artigo 61 da Lei nº 11.101/05, já estavam devidamente cumpridas.

Após o pedido, houve manifestações opostas de credores e em 18 de maio de 2020, o juiz de direito da 2.Vara de Falências e Recuperações Judiciais indeferiu o pedido de encerramento da recuperação judicial, cabendo ainda recursos pelos interessados.

d. Tribunal de Contas da União (TCU)

Em abril de 2020, a CODESP apresentou denúncia no TCU em face das investidas Libra Terminais S.A e Libra Terminal Santos S.A., a fim de, cautelarmente e sem oitiva das partes contrárias, decretar a indisponibilidade de bens das empresas, desconsideração da personalidade jurídica e indisponibilidade de bens de administradores e acionistas, tudo a fim de garantir a dívida decorrente do procedimento arbitral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

O Plenário do TCU, contrariando a recomendação do seu grupo técnico, recebeu a denúncia em forma de representação e (i) decretou a indisponibilidade de bens de Libra Terminais e Libra Terminal Santos por 1 ano; (ii) determinou expedição de ofício ao juízo da Recuperação Judicial, a fim de resguardar eventual constrição de bens de Libra Holding; (iii) indeferiu a desconsideração da personalidade jurídica, bem como a indisponibilidade dos bens de administradores e acionistas.

A Libra apresentou Agravo no TCU contra a referida decisão unicamente com a finalidade de suspender imediatamente os efeitos da decisão do Plenário, considerando que há audiência de conciliação pendente de realização no âmbito das ações anulatórias da arbitragem.

Em 17 de julho de 2020 a Libra apresentou sua defesa junto ao TCU, e aguardamos a resposta do Tribunal.